



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO N° .../15/SMC FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E PARA A CONCESSÃO DE USO ONEROSO DE SALA COMERCIAL PARA FINS ESPECÍFICOS DE LANCHONETE NA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DO CASSINO, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 006/2015.

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ n° 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Sr° Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob n° 139.673.040-00, denominado **CONCEDENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida no Município de/....., na n° , neste ato representada pelo Sr , na qualidade de, portador do RG n°, doravante denominada **CONCESSIONÁRIO**, de conformidade com o Edital de Concorrência Pública n° 006/2015, lançado pelo Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Prefeitura Municipal do Rio Grande, contratam os serviços abaixo descritos mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo de Contrato a concessão de uso comercial de 1(uma) sala para fins específicos de lanchonete com área de 31,50m² e um sanitário de 2,55 m² na Estação de Transbordo do Cassino, situada no canteiro central da Av. Atlântica, entre as ruas Antônio Caringe e Dom Pedrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: O CONCESSIONÁRIO pagará ao CONCEDENTE a importância de R\$ (.....) mensais pela concessão, pagável até o quinto dia útil do mês seguinte, diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo Único: Em caso de atraso no pagamento, será cobrada multa de 10%(dez por cento) do valor devido, acrescido de juros legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO : O prazo de vigência do presente contrato será de 05(cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, improrrogáveis.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2

CLÁUSULA QUARTA – DO IMÓVEL: No ato da assinatura do contrato o CONCESSIONÁRIO deverá apresentar termo de seguro total do imóvel objeto do contrato no valor de .30.000,00 (trinta mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO: O valor de que trata a cláusula segunda, sofrerá reajuste a cada 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do presente contrato, aplicando-se o índice de variação do IGPM.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Secretária de Município do Cassino - SMC, a qual indicará servidor responsável para tal.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO: O CONCESSIONÁRIO obriga-se perante a CONCEDENTE a:

- a) Sujeitar-se à fiscalização do CONCEDENTE, que será efetuada por servidor designado para tal.
- b) Sempre que solicitado por agente representante do CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO deverá apresentar comprovante de pagamento das taxas de água e luz;
- c) O responsável pela sala deverá manter e conservar todas as benfeitorias que compreendem a área da mesma, ficando vedada toda e qualquer obra e/ou serviço que altere as características das dependências sob sua responsabilidade, inclusive pinturas externas;
- e) Todas as obras que se julgarem necessárias, só serão executadas com autorização do CONCEDENTE e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;
- f) As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenizações no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;
- g) Todas as despesas de manutenção e conservação da sala serão de exclusiva responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, assim como a provisão de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do estabelecimento;
- h) O imóvel deverá ser devolvido em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- i) O CONCESSIONÁRIO obriga-se a implantar um sistema de prevenção de incêndio com a instalação de um extintor cuja especificação será fornecida pela Secretaria de Município do Cassino - SMC;



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

3

j) Obter todas as licenças e franquias;

l) O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

m) Manter a sala comercial, em perfeito funcionamento, durante os 12 (doze) meses de cada ano de contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada, sujeitará à aplicação de uma multa diária de 50 UFIRs pelo lapso de tempo devidamente comprovado.

n) Na vigência do contrato, ser o único responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

o) Caso o CONCESSIONÁRIO não seja estabelecido no Município, deverá providenciar sua inscrição junto à Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

Parágrafo Segundo: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONCESSIONÁRIO, dos valores mensais, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento do débito, independente de qualquer notificação, ficando o mesmo suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: É passível de rescisão contratual a alteração da Razão Social e/ou do ramo de atividade.

Parágrafo Quarto: Constituí motivo para imediata rescisão a alteração das características arquitetônicas das dependências.

CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO: Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS CASOS OMISSOS: Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2015

.....
Contratada

Paulo Rogério Mattos Gomes
Secretário de Município do Cassino

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMC/GCLC/CSCI/CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude de estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) _____ Senhor(a).

_____ e
o(a) senhor(a) _____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

Paulo Rogério Mattos Gomes
Secretário de Município do Cassino

Rio Grande, ... de de 2015